

## 6. Considerações Finais

Com a preocupação de compreender o número significativo de unidades produtivas de economia solidária que se espriam na contemporaneidade em tempos de desemprego estrutural, e, portanto sem perder de vista o atual contexto do desenvolvimento capitalista, esta pesquisa tomou como foco de análise a relação educação/trabalho engendrada nos processos de trabalho das práticas de economia solidária e suas potencialidades na constituição de uma nova sociabilidade.

Com a investigação pudemos constatar que, tanto nas grandes regiões do território brasileiro, quanto particularmente na região do estado do Espírito Santo, para a maioria das práticas produtivas de economia solidária a falta de viabilidade econômica se reproduz. Neste sentido, confirmamos nossa hipótese central que situava como sustentáculo dessas práticas os processos educativos que se constroem nessas experiências vivenciadas pelos segmentos das classes subalternas, principais sujeitos dos grupos de economia solidária no estudo de caso realizado no estado do Espírito Santo.

No estudo de caso dos processos de trabalho desenvolvidos nas 10 unidades de economia solidária situadas no estado do Espírito Santo, constatamos que o caráter educativo dessas práticas se revela através da presença de valores extra-econômicos, como participação política nos processos decisórios dos grupos e comunidades, resgate da auto-estima, busca da gestão democrática, possibilidade de expressar a capacidade de criação no trabalho, busca da cooperação e da solidariedade entre os integrantes dos grupos.

Entretanto, para evitar uma visão localista é preciso compreender que, se tais mudanças não estiverem associadas a um movimento mais amplo de transformação social, estes resultados ficarão restritos aos interesses pontuais e fragmentados de pequenos grupos de trabalhadores, em nada contribuindo para mudanças da atual condição de superexploração a que os trabalhadores em geral vêm sendo submetidos. Em outros termos, serão resultados reduzidos a pequenas “reformas” pontuais, muito mais em conformidade com o sistema de reprodução do capital, como sugere Meszáros (2005), do que em conformidade com a satisfação das necessidades humanas.

Embora de forma embrionária, nas ambigüidades com que se expressam as práticas de economia solidária, a pesquisa apontou a dimensão educativa como um dos caminhos possíveis para que tais práticas não se reduzam a meras reformas. Entretanto, é importante deixar claro que, no plano mais imediato, as cooperativas, diante das mudanças societárias, parecem muito mais subordinadas à lógica da reprodução do capital – através das novas modalidades de assalariamento marcadas pelo discurso do trabalho autônomo, pela empregabilidade, assim como pelas condições precárias do trabalho, diante da lógica neoliberal – do que caracterizadas efetivamente enquanto um dos movimentos sociais organizados na luta pela transformação social. Porém essa consideração não significa negar que essas práticas também poderão gerar formas de resistência ao capital.

O debate é polêmico e a realidade apresenta-se complexa. Mas diante das contradições que se expressam na dinâmica da realidade brasileira, é preciso fortalecer as potencialidades dos processos educativos e econômicos que se constituem nos diferentes espaços do atual contexto histórico brasileiro. Dentre eles, buscamos problematizar neste estudo de caso as potencialidades dos espaços de aprendizagem que se constituem na heterogeneidade das unidades produtivas de economia solidária no estado do Espírito Santo.

Neste sentido, é preciso destacar que a luta para a construção de uma nova sociabilidade, onde a centralidade da categoria trabalho seja considerada a partir da reprodução da vida humana, implica um salto expressivo, e exige articulação ampla entre os vários movimentos sociais.

Em tempos de globalização neoliberal, trata-se de um processo desafiador diante da desarticulação vivenciada nos últimos tempos pelos movimentos sociais. Portanto, as questões tratadas aqui não têm como objetivo trazer respostas conclusivas, mas contribuir para o debate em torno das mudanças societárias e as potencialidades das classes subalternas na construção de uma nova sociabilidade, destacando que um desses espaços revela-se a partir da análise dos processos educativos que conformam os processos de trabalho nas unidades produtivas de economia solidária.

Para o movimento da economia solidária, dentro dessa luta mais ampla pela transformação social, não se pode desconsiderar que primeiro está o desafio da própria sobrevivência econômica, que se volta para a satisfação das necessidades

da própria existência das classes subalternas. Neste sentido, não temos dúvida de que, no contexto atual essa luta pela sobrevivência econômica atinge a grande maioria da humanidade. Portanto, necessariamente, ela está inscrita na luta mais ampla pela transformação social. Pois, conforme a realidade apresenta, o problema da sobrevivência de uma massa de trabalhadores parece pouco preocupar os dirigentes da lógica capitalista, já que, para as necessidades de reprodução do capital, existe mão-de-obra mais que suficiente.

Sem sombra de dúvida, a luta pela sobrevivência é extremamente necessária para a existência dos homens, mas, necessariamente, chegamos num nível de desenvolvimento das forças produtivas em que a luta pela satisfação das necessidades particulares só serão enfrentadas com sucesso, se articuladas a um movimento de luta mais radical de transformação social, como sugere Mézáros (2005).

Diante do agravamento da questão social nos últimos anos, o que resta para uma massa de trabalhadores classificados como os “sobrantes” ou os “desnecessários” são “soluções” formais e/ou reformistas, que os governos têm viabilizado como forma de mascarar as relações sociais entre capital e trabalho. É nesta direção que, como demonstramos no capítulo 3, o que se convencionou chamar, a partir dos anos 1990, de nova geração de políticas de emprego expressa as medidas de ajuste estrutural induzidas pelo Estado brasileiro para o “enfrentamento” do desemprego. Nesta perspectiva, entendemos que um dos graves problemas vivenciados na contemporaneidade, é que o Estado brasileiro tem propiciado a retomada das práticas de economia solidária, retirando o problema do desemprego da relação capital x trabalho para colocar a solução – de um problema que é estrutural – no campo da assistência social, como destaca Tavares (2001).

É neste contexto histórico que se torna necessário e urgente pensar numa contra-hegemonia à globalização neoliberal, visto que tal lógica tem trazido sérios impactos às condições de vida e trabalho de parte significativa das classes trabalhadoras. Porém, como buscamos mostrar nesta pesquisa, este processo envolve o desafio de maior participação política dos cidadãos, no sentido de contribuir para a construção de mecanismos efetivamente democráticos de participação ampla da sociedade civil nos espaços públicos que se constituem na realidade brasileira.

Neste campo do debate, a pesquisa buscou também mostrar que, embora frágeis e embrionários, são fundamentais o fortalecimento e articulação política dos resultados dos processos educativos constatados nas práticas de economia solidária no Espírito Santo a outros movimentos sociais. Portanto, os resultados obtidos na pesquisa de campo também mostraram a necessidade de articulação do movimento da economia solidária aos movimentos da sociedade civil, a partir de uma dimensão política.

Entendemos que o caminho de construção de práticas emancipatórias que respondam aos reais interesses da grande maioria da população passa pela superação de todo processo de exclusão social, através da participação política da sociedade civil organizada. Neste aspecto, a construção desta esfera pública significa colocar no centro do debate a luta de classes, inerente ao modo de produção capitalista, mas que, em tempos de acumulação flexível, torna-se obscura e velada pelos atuais mecanismos ideológicos do neoliberalismo.

Assim, é preciso considerar a contradição da intervenção governamental na política de fomento à economia solidária, bem como a tradição de tutela que historicamente tem marcado a intervenção social do Estado brasileiro. Neste sentido, ressaltamos que o risco do movimento da economia solidária ser cooptado por essa tradição de tutela do Estado brasileiro é muito grande, na medida em que as atuais ações governamentais do governo Lula da Silva vêm conformando o movimento da economia solidária.

Certamente, no atual contexto histórico prevalecem as determinações da sociabilidade do capital. Por isso esse cenário exige cautela na análise das potencialidades dos segmentos subalternizados, para que as estratégias de resistência de grupos e movimentos da sociedade não sejam capturadas pela lógica neoliberal que vem conformando, desde os anos 1990, os governos brasileiros.

Destarte, na contemporaneidade, não podemos negar que a sociabilidade do capital prevalece em relação à sociabilidade humana. Entretanto, a realidade não é estática, e aponta para processos em que, embora frágeis do ponto de vista da atual organização política dos sujeitos coletivos, e num espaço de

conflituosidades, se constituem experiências, por meio das quais esses mesmos sujeitos buscam reinventar novas ações, novas alternativas.

Dessa forma, este estudo se propôs a refletir sobre as potencialidades de grupos que se constituem na realidade brasileira, no caso em questão, os grupos de economia solidária, na constituição de uma nova sociabilidade. Mas vale ressaltar que em nenhum momento construímos nossa análise refletindo as potencialidades da economia solidária como uma solução idealizadora e fantasiosa para a transformação social. Neste sentido, essa investigação sugere a necessidade de avançar na compreensão das potencialidades de grupos e movimentos que buscam, não obstante as dificuldades enfrentadas no contexto das mudanças societárias, encaminhar práticas produtivas a partir da relação educação/trabalho.

Isto porque a prática política dos grupos envolvidos no campo da economia solidária se constitui em referência ao movimento mais amplo de organização da sociedade brasileira. Neste aspecto, é preciso cautela, pois como destaca Oliveira (1999), os riscos das armadilhas das classes dominantes para cooptação das formas de organização das classes subalternas sugerem vários exemplos na história brasileira<sup>1</sup>.

Entretanto, apesar da importante análise crítica de Oliveira (1999) no que se refere à anulação da política, da resistência com que a burguesia brasileira vem reagindo historicamente aos movimentos das classes trabalhadoras – da qual um dos sinais é também o risco do atual governo encampar o movimento da economia solidária – por outro lado, compreendemos que cabe questionarmos sobre as potencialidades dos processos educativos que acontecem na realidade brasileira e apontam para a busca de uma sociabilidade emancipatória. É neste sentido que a

---

<sup>1</sup> Conforme Oliveira: “É notável e reconhecido na literatura que tanto as sociedades de ajuda mútua organizadas pelo operariado quanto os próprios sindicatos, anarquistas, anarcosindicalistas, socialistas e posteriormente comunistas, foram anulados e transformados pela ditadura de Vargas nos Institutos de Previdência e nos sindicatos tutelados. Essa grande operação de silêncio, de roubo da fala, que sintetiza na busca da “harmonia social”, é bem o signo da anulação da política”. (1999:61). Nessa direção o autor ressalta que no atual contexto, “a operação do conflito, do dissenso, fica cada dia mais dificultada, pela desmoralização daquele que foi destituído do discurso. Ele não pode mais avançar e já não pode recuar, sob pena de sua ação perder toda eficácia, porque a reivindicação da parcela que ele reivindicou – a possibilidade de intervir nos próprios negócios da burguesia e de co-dirigir uma política de Estado – não tem o mesmo estatuto que a simples reivindicação do salário. Instala-se uma desmoralização da categoria, que se alastra como epidemia para quase todas as categorias de trabalhadores. Dela só escapam aquelas cuja reivindicação é de outra natureza, melhor dizendo, de outra materialidade e que, por isso mesmo, constitui-se também em política desafiadora da geometria da distribuição da riqueza entre os proprietários” (ibidem: 79).

reflexão norteadora desta tese mostrou que os processos de trabalhos que conformam as práticas de economia solidária, embora circunscritos ao estudo de caso de 10 unidades produtivas do estado do Espírito Santo, implicam processos educativos que têm resultado na formação de sujeitos sociais mais críticos.